



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.^a SL

Aos 27 dias do mês de março de 2013, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 124/XII, relativa à reunião de 19 de março;
2. Apreciação e votação do Parecer referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013
Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)
3. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 112/XII/2.^a (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo
4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 126/XII/2.^a (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.
5. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 379/XII/2.^a (BE) - Introduce medidas de transparência e anti especulativas na formação dos preços de combustíveis
Relator: Cabe ao PSD
6. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 124/XII, relativa à reunião de 19 de março;

Submetida a votação foi a ata n.º 124/XII, relativa à reunião de 19 de março, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do Parecer referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.ª SL

No uso da palavra, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) começou por agradecer a adesão do GPPS para apresentar sugestões para a escolha das iniciativas a escrutinar no âmbito do Plano de Trabalho da Comissão Europeia para 2013. Propôs ainda um novo ponto, consubstanciado na adoção pela CEOP das sugestões do relator relativamente às mencionadas iniciativas, tendo sido objeto de acolhimento pelos Deputados da Comissão.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) interveio para referir que o GPPS revia-se integralmente na proposta apresentada, considerando que era uma boa base de trabalho para a CEOP e que algumas das matérias eram relevantes para Portugal e para as instituições europeias, uma vez que o escrutínio seria refletido na legislação nacional.

Em seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que a integração da opinião do relator nos destaques escolhidos constituía uma metodologia útil para o trabalho da CEOP.

Submetido a votação foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) deu uma primeira nota de reconhecimento pelo trabalho realizado pelos serviços da Comissão e da DAPLEN. Neste contexto, referiu que as sugestões apresentadas não alteravam a substância e eram, assim, de aceitar. Tinham sido trocadas impressões com o Governo sobre as discrepâncias assinaladas no início da apreciação da iniciativa legislativa e ainda, as relativas às alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 37.º do projeto de Decreto.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) Bruno Dias (PCP), Hélder Amaral (CDS-PP), João Ramos (PCP), Paulo Campos (PS), Paulo Baptista Santos (PSD).

O Senhor Presidente, sobre o assunto em apreço resumindo o exposto expressou o seguinte: A alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º tomaria a seguinte forma: "...de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, de Leiria-Fátima e do Oeste;"; a alínea c) seria eliminada e a alínea d) passaria a c).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.ª SL

Com as alterações referidas, a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª foi fixada sem votos contra.

4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 126/XII/2.ª (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.

Interveio para usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) para dizer que, por lapso de escrita do Governo, o projeto de decreto-lei incluía remissões discrepantes e ausência de tipificação das penas e, neste caso, já identificado pelo Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS). Nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do projeto de decreto-lei do Governo, a remissão deveria ser feita ao artigo 8.º e não ao artigo 7.º, tendo o Governo informado que pretendia apresentar essa correção ao texto, uma vez que a Assembleia da República não intervinha na substância, nesta fase.

Sobre o mesmo assunto intervieram os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP) para secundar a intervenção do orador anterior; Bruno Dias (PCP) para dizer que não era naquela sede que se resolvia essa questão, uma vez que competia apenas à CEOP a votação dos 3 artigos constantes da Proposta de Lei e sugeria que no relatório de votações se registasse a alteração ao lapso mencionado, para efeito de consideração pelo Governo; Fernando Serrasqueiro (PS) para reforçar a ideia de que deveria ter havido lugar a uma revisão geral das coimas, não concordando com a fórmula casuística utilizada; e Paulo Baptista Santos (PSD) para referir que os lapsos materiais constantes no Decreto do Governo ficariam registados na ata da CEOP

A discussão e votação decorreram conforme o [relatório de votações](#) que pode ser consultado na página internet desta iniciativa legislativa.

5. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 379/XII/2.ª (BE) - Introduz medidas de transparência e anti especulativas na formação dos preços de combustíveis

Relator: Cabe ao PSD

Foi indicado o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD), para elaborar este parecer.

6. Outros assuntos

Neste ponto da agenda o Senhor Presidente prestou as seguintes informações:



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.^a SL

Redação final dos PJR 619/XII, 639/XII, 640/XII e 643/XII (Túnel do Marão) – atendendo a que a questão relacionada com a fusão de textos relativos às iniciativas legislativas seria objeto de apreciação na Conferência de Presidentes de Comissões a ter lugar no dia seguinte, esperar-se-ia pela conclusão da mesma, a fim de poder vir a ser aproveitada para o efeito.

Sobre o requerimento para realização de audições PSD e CDS-PP sobre “Medidas para combater a Economia Paralela em Portugal”: tendo sido distribuído nessa manhã, foi incluído neste ponto da ordem do dia para ser apreciado, havendo consenso. Por proposta do Senhor Rui Paulo Figueiredo (PS), e aceite pelo plenário da Comissão, foi esta apreciação adiada para a reunião ordinária seguinte.

Parecer sobre o P JL 363/XII/2.^a (PS) – “Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.^a Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto) solicitado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura: foi indicada a Senhora Deputada Cláudia Aguiar (PSD) para elaborar o respetivo relatório. Tendo o prazo de 15 dias, o parecer terá que ser aprovado na reunião de dia 10 de abril.

Informação sobre o agendamento da audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para o próximo dia 3 de abril, às 10 horas; a requerimento do PSD e CDS-PP, que solicitaram o adiamento para o dia 9 de abril, ficou o Senhor Presidente incumbido de saber da disponibilidade do Secretário de Estado para essa data.

No quadro da realização de audições, no âmbito da Proposta de Lei n.º 128/XII/2.^a, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) e Coordenadora do Grupo de Trabalho da Segurança Rodoviária sugeriu que a audição com a Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPd) fosse conjunta com a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Por fim, o Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) deu nota da realização da audição pública sobre o Livro Verde sobre as Práticas Comerciais Desleais na Cadeia de Abastecimento Alimentar e Não Alimentar Entre as Empresas na Europa, no passado dia 25 de março, na Sala do Senado, comunicando que a CEOP tinha sido objeto de enaltecimento pela capacidade de ouvir as entidades do respetivo espaço público, sendo ainda considerada relevante e benéfica a abertura parlamentar para estes assuntos. De igual modo, foram formulados agradecimentos ao relator e ao Coordenador do Grupo de Trabalho. A discussão do relatório terá lugar no próximo dia 10 de abril.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 de abril de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 127/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
João Ramos
Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Hortense Martins
Luís Leite Ramos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus